

O encontro com os notáveis da Faculdade de Direito da FAAP

No dia 24 de março de 2014, a FAAP promoveu um evento no qual participaram todos os integrantes do seu Conselho de Orientação Estratégica, composto por personalidades do mundo jurídico, como o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski; o ministro Antonio Cezar Peluso (STF), professor da FAAP; o ministro Pedro Paulo Teixeira Manus, do Tribunal Superior do Trabalho (TST); o professor da FAAP Claudio S. Lembo, ex-governador do Estado de São Paulo; o desembargador Newton De Lucca, presidente do Tribunal Regional Federal (TRF), o renomado tributarista Ives Gandra da Silva Martins e o conhecido advogado Arnaldo Malheiros, do qual também fazem parte o diretor da Faculdade de Direito da FAAP, Álvaro Villaça Azevedo, e o seu vice-diretor, o desembargador José Roberto Neves Amorim. Na abertura do evento, o diretor da Faculdade de Direito da FAAP Álvaro Villaça Azevedo ressaltou: "Todos os eventos educacionais que ocorrem na nossa Instituição têm entre outras finalidades a de servir de aconselhamento, atualização e orientação para os nossos estudantes. Este '**conselho de notáveis**' foi formado justamente para que se possa sempre ouvir as vozes mais proeminentes do mundo jurídico do Brasil, no sentido de elas apontarem as tendências e, com isso, se possa reorientar o processo de ensino e aprendizado na nossa faculdade. Inicialmente, passo a palavra para o prof. Claudio Salvador Lembo."



A partir da esquerda, o tributarista Ives Gandra da Silva Martins, o diretor-presidente da FAAP, Antonio Bías Bueno Guillón, o ex-presidente do STF, ministro Antonio Cezar Peluso e o desembargador Newton De Lucca num diálogo, antes do início do evento.

CLAUDIO SALVADOR LEMBO

Na sua intervenção, o prof. Lembo salientou: "Fico muito feliz de poder conversar com tantos estudantes. Pediram-me para falar sobre o **futuro**, ou melhor, as perspectivas do futuro, mas não se pode falar da nossa profissão, ou da nossa formação jurídica, **sem pensar um pouquinho no passado**.

Todos vocês são descendentes diretos daqueles que, na Constituinte de 1824, quando o Brasil transformava-se em um Estado nacional, foram chamados de **estadistas**. E todo advogado, ou seja, todo aquele que forma-se em Ciência Jurídica, é um estadista. Não se pode esquecer

de forma alguma a participação do bacharel em Direito na história do Brasil.

Atualmente, estamos muito envolvidos com diversas questões nas áreas técnicas e nos esquecemos da importância do humanismo na vida contemporânea e na vida de sempre. Somos humanistas, detentores de um conhecimento mais holístico, capazes de pensar e atuar sobre qualquer tema necessário para o desenvolvimento humano, sadio, com liberdade e também com participação de todos.

Todo aquele que se forma em Direito deve conhecer a Constituição de 1824 e refletir sobre os debates que ocorreram naquela oportunidade, em especial a necessidade de se **criar uma elite intelectual brasileira**, o tipo de curso de Direito que deveria haver no Brasil e aqueles deputados acabaram autorizando a abertura de duas faculdades de Direito, a de Olinda, em Pernambuco, e a de São Paulo.

Na época, São Paulo era pequena e pobre, mas, certamente, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco tornou-se a raiz de todas as outras faculdades de Direito do Estado de São Paulo e do próprio Brasil, pois logo sobrepujou em importância aquela de Olinda. Essa Faculdade de Direito também alterou muito a vida da nossa cidade, até então muito provinciana.

Vocês, que vão se formar em Direito foram escolhidos para serem **estadistas!!!** E o Brasil precisa muito de verdadeiros estadistas.

Na sua vida profissional, a primeira opção que a ciência jurídica dá a cada um de vocês é ser agente público, um administrador público, tornar-se um estadista como

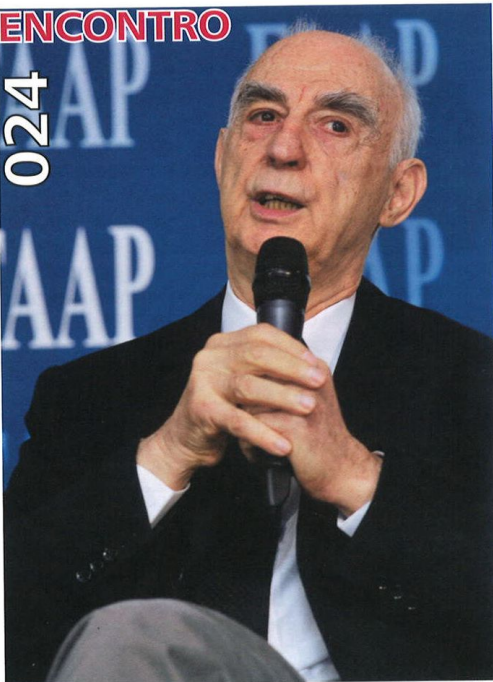
queriam aqueles que criaram as primeiras escolas de Direito no Brasil.

Quando eu me formei, há mais de 50 anos, o campo do Direito era muito menor e o que se falava muito era sobre o direito de propriedade, direito de associação, e a nossa sociedade era muito latifundiária, capitalista, primária, rural, quando, inclusive, o avanço para as propriedades alheias nem sempre era por meios legais. Depois, se começou a pensar muito em falência e concordata.

Atualmente, vocês vão ter pela frente um cenário notável no Direito Empresarial, no qual se abriu um campo imenso, que vai da penalização das pessoas jurídicas até a estrutura societária de cada sociedade. Há, hoje, um campo enorme para se trabalhar em Direito Tributário, na área ambiental, no campo das informações e da privacidade. No que se refere diretamente à advocacia, podem constituir dois grupos. O primeiro é o da advocacia pública, desde a procuradoria dos municípios, depois do Estado e da União. Temos também o Ministério Público (MP), a Defensoria Pública, o Poder Judiciário, com os seus vários ramos. No segundo grupo, o da advocacia privada, onde o campo de atuação de um advogado é cada vez maior. Estando na FAAP, devem se sentir felizes, pois estudam numa faculdade bem qualificada, que sabe transmitir o conhecimento e possibilita a vocês um importante convívio social, tão importante para a vossa futura vida profissional. Ressalto que vocês foram inteligentes ao fazer sua opção pela FAAP e vosso futuro está garantido, basta estudar bastante, levar o curso a sério, e aí poderão optar por várias das áreas de atividade no campo do Direito, tendo empregabilidade assegurada."

A partir da esquerda, Newton De Lucca, Antonio Cezar Peluso, Álvaro Villaça Azevedo, José Roberto Neves Amorim, Claudio Lembo (na sua exposição), Paulo Teixeira Manus e Ives Gandra da Silva Martins.





O ex-governador de São Paulo, Claudio Lembo, que é também professor da Faculdade de Direito da FAAP.

PEDRO PAULO TEIXEIRA MANUS

Enfatizou Pedro Paulo Teixeira Manus: “Vou me focar um pouco na **grade curricular** dos cursos de Direito, depois na **metodologia** e a **integração** que é necessária entre graduação, pós, docência, discência e formas de avaliação.

Inicialmente, preciso dizer que as nossas faculdades devem fazer um esforço maior ainda para atualizar as nossas grades. Isso não é fácil, e estou convivendo com esse problema agora que me tornei diretor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC).

Surgiram muitas áreas novas no Direito que reclamam formação e que do ponto de vista profissional oferecem oportunidades muito interessantes para todos aqueles que estão estudando na faculdade como: Direito Ambiental, Direito Coletivo do Trabalho, Criança e Adolescente, Direitos Humanos, Direito Desportivo, Direito Internacional etc. Então, a primeira preocupação que devemos ter para já e para o futuro é se a **grade curricular** da nossa faculdade está de acordo com a evolução da sociedade fazendo revisões constantes na mesma.

A segunda preocupação é com a **metodologia de ensino**. Todos nós sabemos que há uma herança acadêmica no Brasil de que, salvo quem é do curso de Pedagogia e Educação, os demais professores não têm uma formação específica em **metodologia do ensino**. Isso nos obriga a

um esforço maior para que o nosso processo de ensino e aprendizado seja eficiente.

Nós não podemos nos transformar em tecnocratas que conhecem códigos, decretos, leis, mas não sermos capazes de elaborar um raciocínio jurídico com a capacidade de ter uma perspectiva crítica. E isso se deve aprender (e treinar) na faculdade.

Outra questão importante é a **integração** que é necessária entre graduação, pós-graduação, corpo docente e corpo discente. Dessa maneira, quando se faz um trabalho de conclusão de curso (TCC), uma experiência que o aluno da graduação tem pela primeira vez de fazer um trabalho seguindo uma metodologia científica, surge aí um campo fértil para a produção de um trabalho conjunto, ou seja, com a participação de algum aluno da pós-graduação e a orientação e aconselhamento constante do professor. Esse é o tipo de trabalho que na vida profissional vocês serão solicitados a fazer trabalhando em escritórios, em empresas e na advocacia pública. Finalmente, acredito que se deve mudar a forma de **avaliação nos cursos superiores**, em particular no de Direito.

Não acho mais importante o aluno saber o que está escrito num certo artigo de algum Código ou da própria Constituição. **Isso não muda nada!!!** O que o aluno precisa entender é o que está escrito naquele artigo, e para que isso aconteça deve-se estimular o estudante a raciocinar e a ter uma visão crítica do Direito.

O diretor da Faculdade de Direito da PUC, Pedro Paulo Teixeira Manus.



Temos, inclusive, que passar no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o que atrapalha muito o andamento das aulas, pois, principalmente, no último semestre do curso, os estudantes só se preocupam em passar no exame, colocando o resto do curso de Direito numa condição marginal. Não sou contra o exame da OAB, mas acho que ele força a enfiar na cabeça dos alunos um monte de informações, sem exigir deles uma perspectiva crítica, que vão usar a vida toda.

Dou meus parabéns a todos vocês por terem escolhido a FAAP para estudar e quero lembrar que no último concurso da Defensoria Pública, com milhares de candidatos, a aluna que foi a primeira colocada chamava-se Fernanda Balera e se formou nessa Faculdade de Direito!!!”

ARNALDO MALHEIROS

O notável advogado criminal, Arnaldo Malheiros, com uma carreira de mais de 41 anos declarou: “Se o campo do Direito, hoje, é imenso, muito maior do que no tempo em que nós aqui do palco éramos estudantes. Por outro lado, há um outro fenômeno que é a **massa de bacharéis** que é jogada no mercado todos os anos, e a competitividade que surge a partir daí.

O advogado tem um primeiro obstáculo da vida, que é o **exame da OAB**, mas, na minha opinião, ele é uma necessidade em razão dessa massa imensa de profissionais, a maioria deles totalmente despreparada para o exercício da profissão.

Lamentavelmente, temos faculdades que tiram do aluno um dinheiro que ele não tem, vendendo a ilusão de que vão lhe ensinar alguma coisa, mas não o fazem. Naturalmente, esta não é a situação da Faculdade de Direito da FAAP e de algumas outras ilhas de excelência no ensino do Direito.

O exame da OAB é apenas o **primeiro obstáculo**. As maiores dificuldades são as barreiras que terão de sobrepular ao longo de toda a aventura da advocacia no decorrer de sua vida. Essa profissão pode ser estável, mas ao mesmo tempo muito difícil, porque todos aqueles que resolvem escolher carreiras públicas, para se ingressar nelas, terão que prestar e passar em **concursos difíceis e sofisticados**. Na advocacia privada, as provas e concursos continuarão para sempre e uma reprovação pode acabar com uma carreira toda.

Hoje, não basta fazer uma boa faculdade, pois, para se destacar, é preciso se diferenciar, o que só se consegue com muito empenho, complementando seus conhecimentos com muitos assuntos fora da grade curricular, ou seja, estudando por conta própria as matérias que eu diria serem pré-jurídicas ou parajurídicas.

Não há dúvidas sobre a decadência realmente sensível do ensino secundário no Brasil. Dessa maneira, surge a primeira deficiência que não se admite na advocacia – a **falta de domínio da língua pátria**. Advogar é saber contar uma história, e quem não sabe contar uma boa história não pode **advogar**. Para tanto, é preciso o domínio da língua portuguesa.



O advogado criminal Arnaldo Malheiros dando suas sugestões sobre como conduzir o ensino jurídico.

O bacharel em Direito ainda tem que estar preparado para entender como funciona a economia do nosso País e, nesse sentido, precisa ter conhecimentos básicos de contabilidade, microeconomia e macroeconomia.

Como é que um juiz pode julgar o caso de uma empresa pré-falimentar se ele não consegue ler e entender o balanço de uma companhia?

Dessa maneira, a minha sugestão, na realidade, é um conselho a todos vocês: planejem algo complementar para o aprender ao que lhes é ensinado no curso, mas que não seja do campo jurídico. Leiam, leiam muito, tanto a literatura brasileira como a estrangeira, aumentem ao máximo sua formação cultural para que isso permita distingui-los dos outros, pois tal atitude será fundamental para que tenham sucesso nas suas carreiras.”

NEWTON DE LUCCA

Na sua exposição, o mestre e doutor em Direito Comercial Newton De Lucca afirmou: “Nós vivemos agora **um processo que os sociólogos chamam de aceleração histórica**, ou uma época em que a história é muito **rápida**, e a sociedade, **muito complexa**.

Por isso, as grades curriculares vão se tornando obsoletas com muita rapidez. Por exemplo, hoje à noite farei uma palestra sobre o tema *Justiça Sustentável*. Pois é, agora fala-se no direito à sustentabilidade, o que implica em conhecer disciplinas novas como Direito de Energia, Direito Nuclear, Direito Aeronáutico, Direito Espacial etc.

Um grande público prestigiou o evento que reuniu tantas personalidades do mundo jurídico.



criar uma bomba – a de nêutrons – que mata os seres humanos, mas não destrói os edifícios! Há alguns milênios, Aristóteles sintetizou muito bem o que é um homem justo: ‘É aquele que primeiro se preocupa com o próximo e depois consigo mesmo.’ Essa mentalidade, infelizmente, não está absorvida de forma correta na sociedade contemporânea, e esses valores que se acham esgarçados, e até perdidos, precisam ser resgatados. Quem faz Direito precisa aprender a conviver com a dúvida, o que torna o nosso cérebro privilegiado. O meu irmão é engenheiro, e eu sempre brinco com ele dizendo que os engenheiros não sabem **conviver com a dúvida**, pois,

para eles, dois mais dois são quatro, quatro mais quatro são oito, e assim por diante.

A originalidade epistemológica da Ciência Jurídica exige que nós saibamos conviver com a dúvida, porque nós lidamos com o **fato**, **valor** e **norma**, e esses elementos são **mutáveis** de acordo com a própria mudança da sociedade. Vivante, que foi o maior comercialista do mundo, dizia: ‘Você, ao estudar qualquer instituto jurídico, terá falta de probidade científica se não estudar a realidade econômica subjacente.’ Também é especial a frase do escritor Octavio Paz, que disse assim: ‘O mercado sabe tudo sobre preços, mas nada sobre valores.’

Valores são conosco, e para conhecer valores é preciso da formação humanística. Vivemos em uma sociedade em que a **verdade** é muito **praticada** e **divulgada**. Aí, vale a pena lembrar o discurso de Ruy Barbosa, que foi lido por Reinaldo Porchat em março de 1921 na Faculdade de Direito, isso porque Ruy Barbosa estava doente.

Ele chamou o seu discurso de *Oração aos Moços*: ‘Estudante sou. Nada mais. Mau sabedor, fraco jurista, mesquinho advogado, pouco mais sei do que saber estudar, saber como se estuda, e saber que tenho estudado. Nem isso mesmo sei se saberei bem. Mas, do que tenho logrado saber, o melhor devo às manhãs e madrugadas. Muitas lendas se têm inventado, por aí, sobre excessos da minha vida laboriosa.’

Isso porque falavam que Ruy Barbosa, para conseguir estudar tanto, ler tanto e escrever tanto, para não dormir à noite, enfiava os pés numa bacia de água fria, pois, com o pé gelado, dificilmente alguém consegue dormir, não é? E aí Ruy Barbosa explicou: ‘Deram, nos meus progressos intelectuais, larga parte ao uso em abuso do café e ao estímulo habitual dos pés mergulhados na água fria. Contos de imaginadores. Refratário sou ao café. Nunca recorri a ele como a estimulante cerebral. Nem uma só vez na minha vida busquei num pedilúvio o espantinho do sono.’

Então, era tudo mentira!!!

Ele estudava muito porque gostava mesmo de estudar, e essa visão humilde a gente encontra em muitos gênios, como foi o caso do filósofo Sócrates, que disse: ‘A única coisa que sei é que nada sei’, ou então, a complementação de Espinoza: ‘Feliz era Sócrates, que pelo menos sabia isso. Eu não sei nem se isso eu sei.’

Lamentavelmente, essa visão humilde das coisas, essa verdadeira virtude, não está muito presente entre os nossos colegas do Poder Judiciário, e aí vale o dito do Hebert José de Souza, o Betinho: ‘O juiz, no Brasil, quando veste a toga, pensa que vira *Superman*.’

Recomendo para todos vocês, que tenham perseverança, paciência e paixão pelo seu trabalho, especialmente pelo

O doutor em Direito Comercial, Newton De Lucca.



rumo do Direito que querem enveredar. Fico sensibilizado com os títulos que foram citados ao me apresentarem, mas o que mais valorizo foi o que destacou o poeta romântico Álvares de Azevedo: ‘Descansem o meu leito solitário/Na floresta dos homens esquecida,/À sombra de uma cruz, e escrevam nela:/Foi poeta – sonhou – e amou na vida.’

Esse verso, ‘**Foi poeta – sonhou – e amou na vida**’, para mim, é emblemático e vale mais do que todos os títulos acadêmicos e profissionais que, por ventura, colecionamos ao longo da vida.’

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

O professor emérito e doutor em Direito Ives Gandra da Silva Martins ressaltou: ‘Como Newton De Lucca falou sobre a importância de conviver com a dúvida, isso me fez lembrar de um livrinho que escrevi em 1980, *Da Sanção Tributária*, no qual destaquei que aqueles que tivessem dúvidas sobre a sanção tributária, o que eu garantia é que, ao final da leitura do meu livro, elas **seriam consideravelmente aumentadas**.’

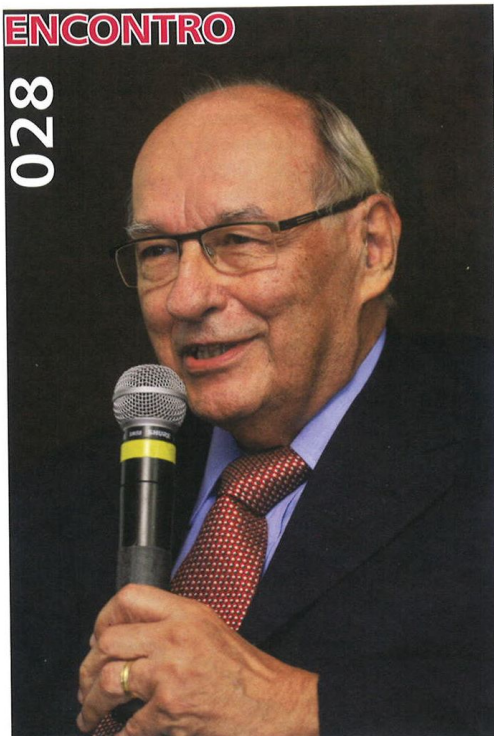
Eu estou convencido de que aquilo que eu vou lhes falar também, de certa forma, vai levá-los a algumas dúvidas que eu também mantenho até hoje nessa convivência no mundo jurídico.

Para mim a advocacia, o Direito, é a mais universal de todas as ciências e vocês logo nas primeiras aulas do seu curso aprendem isso, quando lhes dizem os seus professores que é o **Direito que organiza a sociedade!** O economista tem uma visão parcial, o engenheiro tem uma visão parcial, o médico tem uma visão parcial, **nós temos uma visão global**, nós somos obrigados a estudar economia, contabilidade, os problemas de medicina, como quando se discutiu células-tronco no STF, e todos os advogados e ministros envolvidos tiveram que estudar medicina para bem decidir sobre aquilo. Temos, assim, uma profissão que é aquela que universalmente nos dá a possibilidade de cuidar em todos os aspectos, ou seja, devemos ter conhecimentos que transcendem uma mera leitura de código.

No meu decálogo de advogado, que fiz para os meus alunos, digo: nós temos uma função como advogados de defender os nossos clientes, mas também como advogados e seres humanos de defender nossas instituições *pro bono* (algo feito sem esperar nada em retribuição), de lutar pela democracia.

Os médicos e os engenheiros podem se formar nas ditaduras. Nós, advogados, só podemos viver na democracia, porque nas ditaduras **não há direito de defesa**, que é o direito mais importante, mais relevante que existe. Sem advocacia, sem direito de defesa, não há democracia!!! Então, nós somos aqueles que entram em uma faculdade para aprender como se deve proceder para defender a democracia, visto que esse é o fundamento maior que defendemos no direito de defesa.

E é assim, com essa cultura humanística, nessa visão global, que efetivamente o advogado, o integrante no MP, o



O notável tributarista Ives Gandra da Silva Martins.

magistrado, o servidor público que tem formação jurídica, os delegados de polícia etc., desempenham uma função transcendental dentro de uma sociedade, ou seja, nós advogados, somos a **essência da sociedade**. Portanto, o bacharel de Direito é aquele indivíduo que faz *pro bono*, isto é, não quer o carreirismo político, aquele que, como já disse, defende as instituições; aquele que percebe que sua função dentro da Pátria é a de dizer constantemente: **'O rei está nu'**, como faz o menino da fábula. E muitas vezes isso é desconfortável, como eu digo no meu decálogo do advogado, mas é vital que tenhamos a coragem de denunciar os poderosos quando agem fora da lei. Para atuarmos bem na nossa profissão, o principal instrumento nosso é a palavra, que frequentemente deve aparecer na forma escrita.

Lembro-me de um professor meu, cujas lições nem sempre deveriam ser seguidas, mas que dizia: 'O advogado, em primeiro lugar, deve saber falar. Em segundo lugar, ter boas relações. Em terceiro, se tiver tempo, estudar o Direito.' Naturalmente, nunca concordei com a última parte de que ele afirmava, mas aceitei, sem dúvida, a primeira recomendação e por isso li uma grande quantidade de livros clássicos.

Minha última observação é que vocês vivem num mundo em que o fluxo das informações é monumental e obter

qualquer tipo de informação na Internet é extremamente rápido e fácil, mas isso me parece que está tornando o nível de criatividade das pessoas e em particular dos estudantes de Direito menor, talvez pelo fato de que as dificuldades para se chegar as mais diversas teorias é muito fácil, com as respectivas justificativas. É nesse sentido que alerta para a questão da contestação, da não concordância imediata com o que já existe publicado, pois só assim vocês aprenderão a raciocinar.

Por isso é que no passado criaram-se teses e depois elas iam se confirmar com os grandes doutrinadores. Hoje, praticamente se reproduz tudo, e a criatividade é muito menor, embora as informações sejam em quantidade consideravelmente maior.

Devem portanto **estudar sempre**, todos os dias, universalizando o máximo seus conhecimentos para ter a possibilidade, em qualquer ambiente, de discutir sobre qualquer coisa: política, sociologia, economia, direito etc., sem receio nenhum de estar dizendo alguma coisa que ficaria fora do contexto. Só assim poderão exercer a sua **profissão** com plenitude, que, sem dúvida, é a **melhor de todas!**"

ANTONIO CEZAR PELUSO

O ministro Antonio Cezar Peluso, um especialista em Direito Processual Civil e que se aposentou do STF em 2012, destacou: "Como qualificou há algum tempo o professor Miguel Reale, nós fomos e ainda somos de certo modo um País de bacharéis. Mas é evidente que não podemos continuar a ser um País de bacharéis.

A complexidade da vida moderna exige hoje o desenvolvimento de outras ciências e, portanto, o exercício de outras profissões para responder a todas as exigências nessa sociedade cada vez mais complexa. Mas isso não significa depreciar o papel e a função dos bacharéis, pois, como bem lembrou o professor Ives Gandra da Silva Martins, é o Direito que organiza a sociedade, em especial a tudo que a cada período de tempo é desenvolvido pela ciência.

Como exemplo, tomemos o caso do uso da Internet, que não pode ser usada de qualquer maneira.

Por quê?

Porque uma sociedade que permite que, pela Internet, se faça tudo aquilo que se queira a qualquer instante, é uma sociedade condenada a dar prazer transitório a alguns, que se pode qualificar de um tanto quanto desvairados, mas que vai causar um dano terrível à grande maioria das pessoas.

É preciso, portanto, estabelecer uma ordem no uso da Internet.

➔ E quem põe ordem no uso da Internet?

É o Direito.

➔ E que faz esta ordem funcionar?

São os operadores do mundo jurídico.

Então, é preciso que os alunos de Direito tomem consciência da importância e da responsabilidade social que têm. É função dos professores dessa faculdade incutirem

nas suas cabeças esses e outros princípios que vão depois amadurecer. E claro que se puderem ter essa consciência e agir de acordo com a mesma será cada vez melhor para a sociedade.

Uma outra observação é sobre a história, ou seja, deve-se entender que a nossa história é uma história de refinamento contínuo do espírito humano.

➔ O que é que eu estou querendo dizer com isso?

Desejo enfatizar que com fluxos e refluxos, com avanços e recuos, há, na linha da história, uma **evolução da sociedade**. É claro que eu não estou me referindo aqui a concepção de ordem religiosa, mas sim que o mundo vai caminhando para sempre se aperfeiçoar mais – se bem que não acredito que um dia vamos chegar à perfeição. Recuamos aqui, um passo para atrás ali, mas damos depois dois passos adiante e assim sempre estamos avançando.

➔ Avançamos em que sentido?

No sentido de tornar a vida dos seres humanos uma coisa cada vez mais digna de ser vivida, isto é, permitir que cada um de vocês execute e concretize seus projetos de vida, numa convivência ética, possibilitando a cada um ser feliz nesse breve período em que vivemos!

O Direito, no fundo, é isso, é a maneira pela qual, com o uso dos instrumentos da Ciência Jurídica, ele vai permitir que cada um dentro de suas possibilidades psíquicas e materiais **seja feliz**.

Então surge a questão: isto é pouco?

Isto é fundamental!!!

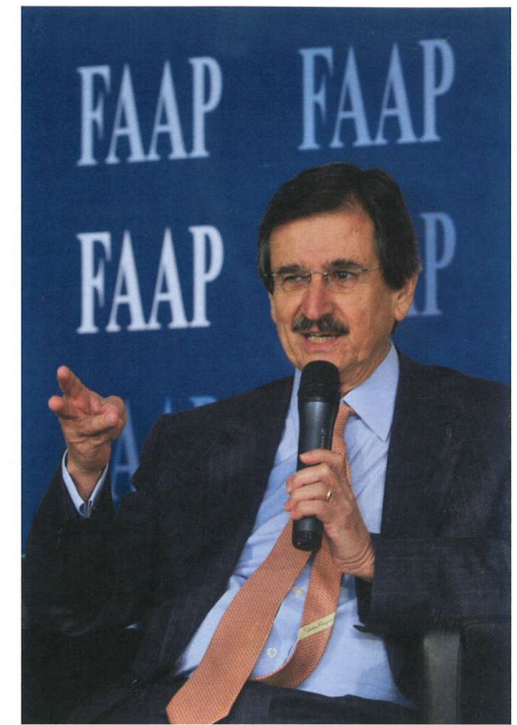
Hoje é absolutamente impossível ser especialista em todas as áreas do campo jurídico. Como professor sempre procurei me fixar em **ensinar** aos meus alunos os **princípios**, pois acredito que se o aluno de Direito conhecer bem os mesmos, será capaz de, por si mesmo, após formado, dominar alguma área de especialização. O inverso nem sempre é possível, e aí está algo para pensarmos em conjunto.

Nessa segunda década do século XXI, é fundamental saber também o que vocês pensam sobre as aulas, como elas são lecionadas e sobre o conteúdo que lhes é transmitido. Só assim será possível de fato aprimorar o processo de ensino e aprendizado.

Nós, integrantes desse Conselho de Orientação, queremos melhorar a Faculdade de Direito da FAAP, para que dessa forma os aqui formados possam atender melhor a sociedade. Aqui estamos nos conhecendo e daqui para frente vamos ter cada vez mais contato, pois o nosso objetivo, por meio do trabalho mútuo, é o aprimoramento contínuo da Faculdade de Direito da FAAP."

RICARDO LEWANDOWSKI

O ministro do STF e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski, que é mestre em Relações Internacionais, doutor e livre-docente, professor de Teoria Geral do Estado, foi o último palestrante da manhã, quando disse: "Folheando as páginas da minha carteira de trabalho verifiquei que em 26 de abril de 1979,



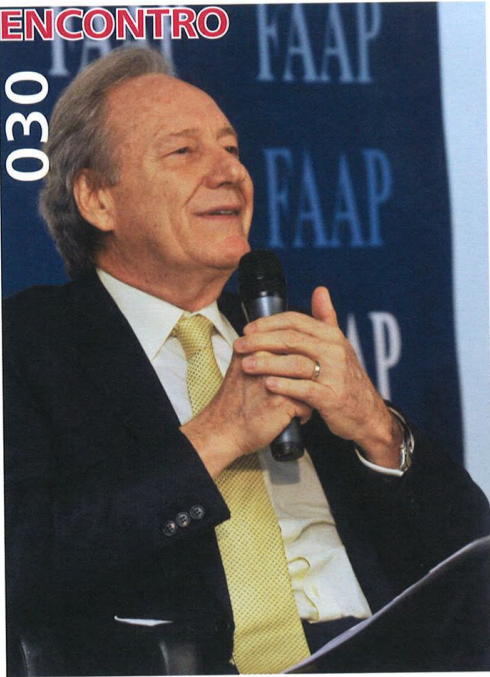
O ministro Antonio Cezar Peluso, professor da Faculdade de Direito da FAAP, na sua explicação.

fui contratado pela FAAP como professor instrutor e lecionei aqui uma matéria chamada Legislação Tributária na Faculdade de Administração, pois, naquela época, a FAAP não tinha ainda o curso de Direito.

Portanto, estou no ramo de ensino há mais de 35 anos e no decorrer desse período tive a oportunidade de lecionar em diversas outras instituições de ensino superior (IESs) no Brasil e no exterior, o que me possibilitou ter conhecimento sobre como está evoluindo o ensino jurídico e ao mesmo tempo, na minha vida, nos cargos públicos que ocupei até chegar ao STF e ao TSE tive a possibilidade de intervir em alguns dos processos mais polêmicos e importantes para a sociedade brasileira.

No mundo temos hoje basicamente dois sistemas jurídicos vigentes. Um é o sistema da *Common Law*, que é o sistema dos precedentes judiciais vinculantes, e o **Sistema Romanístico**, que é o sistema do **direito posto**. Esses sistemas estão se aproximando cada vez mais, então, o sistema norte-americano, o anglo-saxão, vai aderindo ao *Static Law* (direito posto), e ao mesmo tempo em que o STF, a Justiça brasileira, o Poder Judiciário brasileiro, de certa maneira vão valorizando os precedentes tendo em conta, inclusive, esse ativismo judicial – aliás, uma expressão um pouco controversa.

Isto conjugado com o processo de globalização e com as aceleradas mudanças sociais, políticas, econômicas,



O ministro do STF, Ricardo Lewandowski durante a sua apresentação. No início de sua carreira, ele foi professor da FAAP.

culturais e tecnológicas, faz com que os paradigmas sobre os quais se assenta o ensino do Direito tenham que sofrer uma reavaliação.

Nós não podemos manter os nossos cursos de Direito ligados aos antigos paradigmas. Claro que devemos ter aquele núcleo de disciplinas de natureza propedêutica, isto é, disciplinas formadoras do pensamento jurídico, baseadas em conceitos universais válidos para qualquer tipo de sistema jurídico, seja na *Common Law*, seja no Sistema Romanístico. Mas, de outro lado, os estudantes precisam completar seu currículo com disciplinas novas, porque, nesse mundo em constante transformação, surgem matérias com grande apelo como, por exemplo, Direito da Internet. Ninguém ouviu falar sobre isso há alguns anos, mas, agora, é um direito muito presente, sobretudo para a juventude que está grudada no telefone celular, que usa constantemente o computador comunicando-se por meio da Internet. É vital ter excelentes conhecimentos de Arbitragem, Conciliação, Mediação, que, a meu ver, constituem hoje os instrumentos que representam a grande saída para esse impasse que vive o Judiciário brasileiro, sobretudo com 90 milhões

de processos em tramitação para um universo de 18 mil juízes estaduais, federais, trabalhistas, militares, e que evidentemente não dão conta desse acervo extraordinário, que nos conduzem a valer-se de formas alternativas para se chegar a solução de controvérsias. E esse é o grande futuro do trabalho para os operadores de Direito. É essencial que numa Faculdade de Direito se estimule que o seu aluno busque interdisciplinaridade, e no caso de vocês, da FAAP, que façam algumas disciplinas em outras faculdades da Instituição que tenham alguma conexão com as que têm no seu curso para incrementar a sua especialização. Acho muito bom a FAAP ter um curso de Artes Cênicas, pois, afinal de contas, o futuro advogado é um orador, é um ator perante os foros em que vai atuar. Nas IESs devemos também produzir um saber novo, quando o tripé **ensino-pesquisa-extensão** torna-se absolutamente fundamental para que possamos formular (ou descobrir) novas saídas para os problemas atuais, e não continuemos aplicando os conhecimentos do passado para tentar solucionar os problemas que vivemos nos dias de hoje.

A meu ver a pesquisa antecede o próprio ensino. Assim, o professor, o docente dessa segunda década do século XXI deve exercer o papel de um condutor, aquele que abre portas, apresenta perspectivas, libera a mente do estudante, permite que ele reflita e problematize os assuntos com os quais irá se deparar nas várias especialidades. Nós precisamos formar profissionais que possam agir de forma proativa, e não de forma passiva. Esse mundo em que vivemos hoje, extremamente globalizado, é muito desafiador. É necessário também que a prática profissional seja o eixo condutor do processo de aprendizado. Temos que formar profissionais aptos a atuar no atual mercado de trabalho e que não sejam nefelibatas como muitos dos que se formaram no passado.

No passado, com todo respeito, a Faculdade de Direito

A partir da esquerda, o professor Álvaro Villaça Azevedo, diretor da Faculdade de Direito da FAAP, o presidente do TSE, o ministro Ricardo Lewandowski e o prof. Claudio S. Lembo.



O diretor da Faculdade de Direito da FAAP, Álvaro Villaça Azevedo, concluindo o "encontro dos notáveis".

formava generalistas, poetas, políticos, artistas, gente que, de certa maneira, estava descompromissada com o mercado de trabalho. Isto já não é mais possível com essa matriz neoliberal que nós temos. Por isso é que os currículos das nossas faculdades de Direito devem ser reavaliados e reestruturados constantemente. E aí deve-se incluir a **reavaliação dos professores** e também introduzir a **internacionalização do ensino.**"

CONCLUSÃO

Ao encerrar o evento o diretor da Faculdade de Direito da FAAP, Álvaro Villaça Azevedo enfatizou: "Agradeço muito aos integrantes do Douto Conselho as lições que passaram para os alunos e professores da nossa faculdade aqui presentes e já comunico que esses encontros ocorrerão periodicamente, ao menos uma vez por semestre. No tocante à validade dos conceitos em aplicação do Direito fica evidente que deve-se olhar para a vida, porque nela estão as circunstâncias, para que o Direito não fique só marcado pela legislação positiva que são as leis.

Apesar de que no Direito positivo esteja também o costume, que é o que diziam os romanos, o *tacitus consensus populi*, isto é, o consentimento tácito do povo que brota nos casos concretos, e, na verdade, nós vemos que os nossos tribunais tem dado exemplo nesse sentido como no caso do Direito Civil. Tive oportunidade de sentir de perto decisões do egrégio STF com a evolução do tratamen-

to familiar, ou seja, o apelo ao sentimento humano seja mais forte do que a lei, aquele afeto que vem clarificar um pouco as rígidas noções do passado e que estão nos códigos.

No tocante ao método de ensino, ainda acredito que o melhor para o ensino de ciências sociais é o de Piaget, no qual inicialmente se faz a **síncrise**, ou seja, apresenta-se um caso, as circunstâncias, depois a **análise**, para que a gente possa entender bem o caso analisando as suas circunstâncias. E no final se chega à **síntese**, que é o resultado de um aprendizado teórico-prático, que acaba se vislumbrando em um conceito.

Por isso a legislação não tem muitos conceitos, porque os conceitos são de cada um, *omnis definitio periculosa est*, ou seja, toda definição é muito perigosa, e a lei não pode generalizar conceitos. O conceito é a síntese. Dessa maneira, após conhecer o que está acontecendo, quais são os problemas, as circunstâncias e depois da análise de cada uma delas é que o aluno terá a sua síntese, chegando à conclusão do que é uma obrigação, do que é uma responsabilidade e assim por diante.

Quero agradecer a presença de todos do nosso Conselho de Orientação, que aqui expuseram as suas ideias sobre como se deve proceder para que possamos aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizado da nossa Faculdade. Sempre acreditei que é do somatório das inteligências que se chega à melhores resoluções no sentido de que as restrições à situação da relatividade humana sejam cada vez menores.

O absoluto vem do consenso, é da comunidade, é do Direito que deixa de ser individualista e passa a ser comunitário no sentido de que todos mereçam a proteção, basta viverem em sociedade. Vamos trabalhar firme para que todas essas ideias expostas aqui hoje possam ser o norte das nossas atitudes daqui para frente."



A partir da esquerda, as professoras da Faculdade de Direito da FAAP, Marina Vezzoni, Maria José Petri, Bernardina Ferreira Abrão, Naila Nucci e a advogada Ana Drummond.